

PM anuncia mudanças no currículo

Formação da tropa preocupa Estado-Maior, após envolvimento de policiais militares em seqüestros, assaltos e espancamentos de menores

JOÃO CARLOS RODRIGUES

O comando da Polícia Militar do Distrito Federal está em estado de alerta. O recente envolvimento de PMs em seqüestros, assaltos e espancamentos de menores levou preocupação ao Estado-Maior. Afinal, mesmo com um dos melhores salários do País, eles têm rompido com frequência a tênue linha que separa os agentes da lei dos criminosos. Em um diagnóstico preliminar, a cúpula da corporação detectou como uma das causas do problema a formação de sua tropa. Por isso, decidiu mudar o currículo e dobrar o número de horas/aulas no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (Cefap).

A partir de 1998, o curso de praças deverá ter um ano de duração, com 1.600 horas/aulas, antecipa o coronel Antônio Monte, diretor de Ensino da PM. Hoje, informa, são seis meses, com 800 horas/aula. Segundo ele, o Curso de Formação de Oficiais (CFO) também terá maior carga horária, passando de três para quatro anos. No primeiro, ressalta, o conteúdo programático será o mesmo ensinado aos soldados, cabos e sargentos. Para implantar as mudanças, diz Monte, a PM depende apenas da conclusão de uma pesquisa encomendada recentemente à Universidade de Brasília (UnB).

Currículos — A PM quer os novos currículos de seus cursos em sintonia com os anseios da comunidade. Para tanto, a Diretoria de Ensino pediu à UnB que fizesse uma pesquisa de opinião pública para saber qual o tipo de PM desejado pela população e qual sua expectativa em relação à corporação. Com base nesses dados, a

PM elaborará seus programas de formação de praças e oficiais. "Também traçaremos o perfil profissiográfico ideal para o PM atuar na rua", adianta o coronel Monte, defensor de um estágio probatório de um ano para os soldados e cadetes.

Nos novos currículos, a PM dará ênfase às áreas humanas, revela o diretor de Ensino. Nos esboços dos programas, constam cadeiras como ética policial, direitos humanos, direito penal, relações públicas, sociologia, filosofia, informática e língua estrangeira. As tradicionais, como armamen-

to, munição e tiro, ordem unida, regulamentos policiais e operação de defesa interna e territorial, serão mantidas, assinala o coronel Monte.

Seleção — "O currículo atual não atende as exigências da sociedade moderna", reconhece o coronel Monte. "O conteúdo é fraco", acrescenta. Discorda,

porém, daqueles que o consideram excessivamente militarista e atribuem o envolvimento de PMs em crimes ao programa de ensino. "O PM é recrutado na sociedade e recebe da corporação a formação técnica. Agora, se já é um psicopata ou um mau-caráter, não podemos mudá-lo".

O objetivo da PM não é mudar apenas a formação dos PMs. Conforme o coronel Monte, os critérios de seleção também terão novos pré-requisitos. Além dos exames psicotécnico, físico e médico, os candidatos a ingressar na corporação deverão ter 2º Grau completo. Com um recrutamento mais rigoroso, explica o diretor de Ensino, a corporação espera diminuir a incidência de PMs envolvidos em crimes, como os registrados nas últimas semanas.

O currículo atual para formação dos PMs não atende as exigências da sociedade moderna. O conteúdo é fraco

CORONEL ANTÔNIO MONTE



Davi Zocoli

Novo currículo pretende tornar mais humana a formação do policial, com matérias como ética e direitos humanos

Da platéia ao palco, dura inversão

A Polícia Militar do DF trocou a platéia pelo palco. Até o primeiro semestre deste ano, ela apenas vinha assistindo a cenas de execuções, espancamentos e assaltos protagonizadas pelos agentes de suas congêneres de outras unidades de Federação. Entretanto, o seqüestro da estudante Cleucy Meireles Oliveira, a **Cleucyzinha**, 12 anos, filha do empresário e deputado distrital Luiz Estevão, mostrou que a PM da Capital da República também tinha atores praticando atos semelhantes. Para a cúpula da corporação, o envolvimento de seus homens em crimes tem causas múltiplas.

O diretor de Ensino, coronel Antônio Monte, aponta a falta de investimentos como uma das principais causas da violência policial. "Querem resolver todos os problemas por intermédio da PM, inclusive em áreas onde o estado faliu, como a saúde, mas não investem em segurança

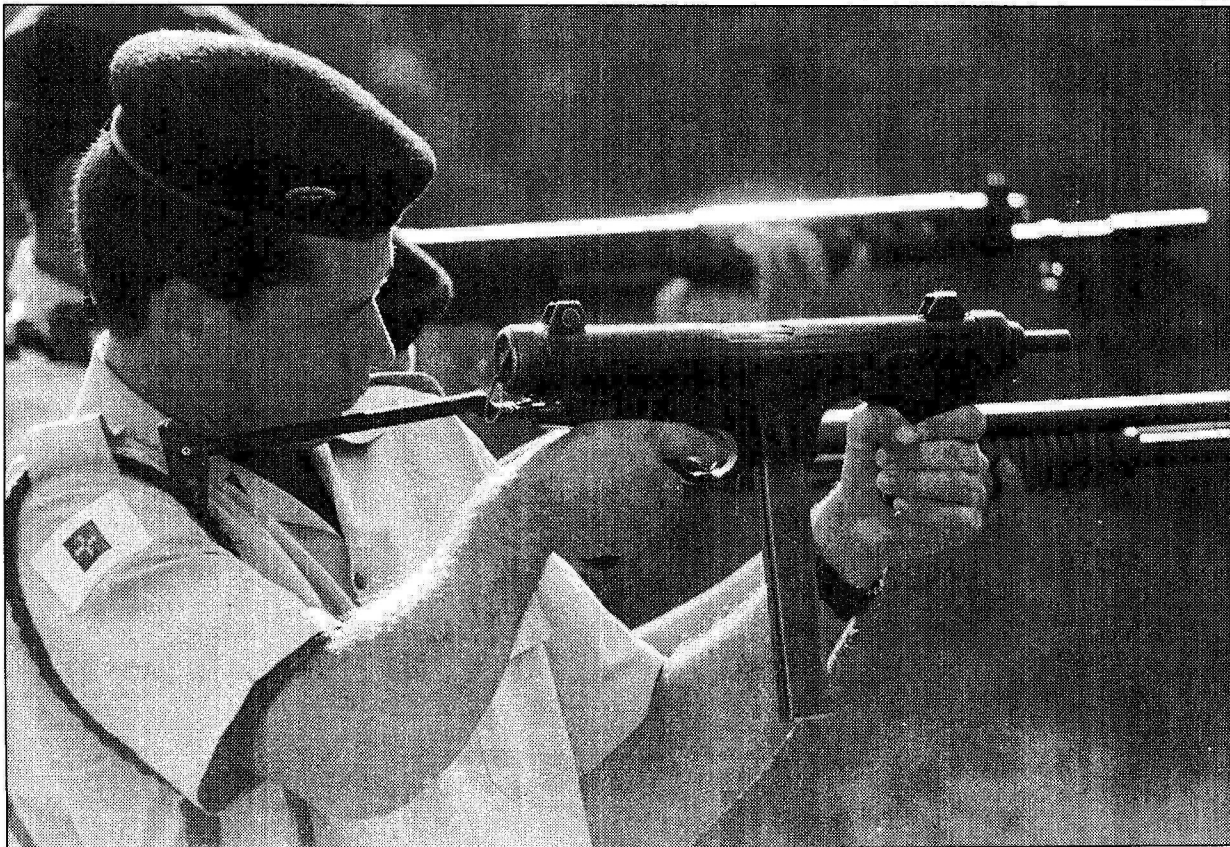
pública". Neste ano, informa, a PM não teve verba no Orçamento. "Devemos mais de R\$ 1,5 milhão e estamos com carência de recursos materiais". Na sua opinião, o PM precisa mais do que boa formação, treinamento e equipamento. "Necessita ainda de bons salários, habitação, plano de saúde e seguro de vida".

Falhas — Paralelamente, o coronel Monte relaciona outras causas do problema. Conforme o diretor de Ensino, um dos pontos frágeis é o processo de seleção. "Além disso, temos falhas na nossa formação, que por muito tempo foi dada por governos autoritários", afirma. "E ainda temos alguns maus policiais", assegura. No entanto, enfatiza, eles sempre acabam sendo expulsos quando são flagrados cometendo crimes. "Isso acontece em outras polícias?", indaga. "Não tenho conhecimento", completa.

Corregedor-adjunto, o major Luiz Lobo Rodrigues não perdoa a participação de PMs em crimes. "É falta de vergonha mesmo", acusa. Defensor dos princípios da hierarquia e da disciplina dentro da tropa, revela que vem aumentando os casos de transgressões à lei. Em 1996, foram instaurados 167 Inquéritos Policiais Militares. Neste ano, já foram abertos 179. "Isso se deve à criação da Corregedoria, em funcionamento desde janeiro último. Antes, essas coisas também ocorriam, mas agora estamos mais atentos".

Lobo entende que a mudança do currículo melhorará a formação dos PMs. Apregoa ainda um permanente acompanhamento psicossocial da tropa para detectar os problemas enfrentados no cotidiano por seus homens, a fim de evitar participações em crimes ou prejuízos ao desempenho profissional. (JCR)

Davi Zocoli



Polícia ensina mais técnicas militares voltadas à defesa do Estado do que ao combate da criminalidade

AS CAUSAS

Bicudo descarta motivo salarial

Nos anos 70, um homem baixo, franzino e religioso ousou enfrentar o Esquadrão da Morte. Com suas denúncias, ele conseguiu implodir um grupo de policiais civis responsáveis por dezenas de execuções em São Paulo. Hoje, o procurador de Justiça aposentado Hélio Bicudo é deputado federal pelo PT de São Paulo. Da tribuna da Câmara Federal, tem exigido mudanças na estrutura das Polícias Militares para pôr fim à violência policial.

"A crise das PMs não é salarial. O exemplo é a de Brasília, uma das mais bem pagas do País, com homens envolvidos em seqüestro e espancamento", detecta Bicudo. O problema, diz o deputado, é que as PMs são treinadas para praticar a violência. "O que acontece nos quartéis é fiscalizado. O que ocorre fora não tem controle". Por isso, defende mudanças estruturais nas PMs. "Ou quebramos a estrutura ou não teremos uma nova segurança".

Exibição — O deputado acha que o Governo Federal está enfrentando o problema de modo equivocado. "Se o Governo se deixar levar por questões menores e não tiver consciência de que é preciso mudar a estrutura, continuaremos com as mesmas PMs e com a repetição de episódios como os mais recentes". Para Bicudo, uma das primeiras medidas é desvincular as PMs do Exército. "Elas agem como se fossem um exército contra o povo".

A segurança pública não é exibição de força por parte do estado, observa o parlamentar. "Em São Paulo, a PM está desrespeitando direitos fundamentais das pessoas, submetidas a revistas nos ônibus e nas ruas esta semana". Ele critica ainda o Governo por enviar uma emenda constitucional para desconstitucionalizar as PMs sem definir em lei complementar uma nova estrutura. "O problema está sendo empurrado para os governos estaduais". (J.C.R.)

Defesa do cidadão em segundo plano

O envolvimento de PMs em crimes é consequência da formação militar. Pelo menos é o que garante o ex-sargento PM e deputado distrital João de Deus (PMDB). "O militarismo está voltado para a defesa do Estado e não para a do cidadão", assinala. De acordo com ele, a PM do Distrito Federal, a exemplo das demais, recebe instruções da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM). "Logo, não pode saber fazer polícia".

A segurança pública, diz o parlamentar, é diferente de defesa nacional. "Não adianta ensinar aos PMs técnicas de contra-guerrilha e treiná-los para destruir o inimigo", assegura. "O que eles enfrentam é a criminalidade urbana". Segundo ele, a PM não prepara seus homens para esse tipo de trabalho devido ao militarismo. "No Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças há uma excessiva carga horária de ordem unida", lembra.

Quartéis — João de Deus também condena o excesso de autoritarismo na PM. "O estresse da formação policial-militar e a convivência com o autoritarismo dos oficiais nos quartéis causam problemas psicológicos aos soldados. Tanto que vêm aumentando, a cada ano, o número de suicídios entre os PMs", afirma. De acordo com ele, a corporação não oferece um acompanhamento psicológico adequado para os seus homens.

Seu deputado acredita que é possível reverter a situação dando aos PMs uma instrução básica, porém sólida, para o desempenho da atividade policial. "Eles devem ser treinados para dar proteção aos cidadãos. E a sociedade não é militarizada", defende. "O PM precisa saber se é policial ou militar", enfatiza. João de Deus é a favor da unificação das polícias, com um segmento uniformizado e outro à paisana. "Isso melhoraria a segurança". (J.C.R.)